

# Um substitutivo polêmico

BRASILIA  
AGÊNCIA ESTADO

O substitutivo apresentado pelo deputado Flávio Bierrembach à emenda do governo que atribui poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 86 é todo ele polêmico, na medida em que o governo não admite modificar a sua proposta e a maioria dos deputados e dos senadores está interessada apenas em aprovar a ampliação dos prazos de desincompatibilização, o que supostamente reduz a concorrência eleitoral. O problema complicou-se ainda mais com a decisão dos ministros militares contrária à reintegração dos oficiais e dos praças punidos pelos governos militares dos últimos 20 anos.

O próprio deputado Flávio Bierrembach admite que, do ponto de vista oficial, "apenas a data escapa no substitutivo, pois o resto tem a oposição do governo, a começar pelo seu artigo 1º". Nesse ponto coincidem as posições do Executivo e do Legislativo, pois ambos defendem a Constituinte congressional, enquanto o deputado paulista defendeu em seu parecer a realização de consulta plebiscitária para saber se o povo deseja ou não a convocação de uma assembleia exclusiva, apenas para preparar a nova Carta.

A separação das datas das eleições do próximo ano, fixando-se 7 de setembro para a Constituinte e 15 de novembro para os governadores, é outro dos pontos do substitutivo muito criticado pelos seus opositores. Alega-se contra a medida que o País não suportaria as despesas provocadas por mais de um pleito. A

participação dos 23 senadores na Constituinte condicionada à aprovação popular também provocou muita discussão. No que depender do Congresso, esses senadores integrarão a futura Assembléia, mesmo sem receber delegação expressa para isso.

A adoção de referendo popular para emendas aprovadas pela Constituinte contra o voto de dois quintos dos seus integrantes, proposta por Bierrembach, foi criticada com base na mesma alegação contrária à separação de datas da eleição. Argumentam seus adversários que a medida ocasionaria novas despesas, o que seria desaconselhável num momento de crise econômica.

Já a criação de uma comissão representativa da Constituinte, para legislar ordinariamente durante seus trabalhos, tem apoio apenas do deputado Ulysses Guimarães, que é o seu idealizador. A revogação de parte do entulho autoritário prevista no substitutivo também despertou reações exaltadas, com os argumentos de que essa deve ser uma tarefa da Constituinte e não do atual Congresso.

A anistia aos civis e militares não beneficiados em 79 pode ser considerada um dos pontos mais polêmicos do substitutivo. Os ministros militares deixaram claro que não aceitam a reintegração dos oficiais e dos praças punidos, colocando o PMDB numa situação difícil, pois a anistia foi uma das bandeiras do partido. O governo também se opõe à medida, alegando falta de recursos para pagamento dos atrasados e para a reintegração.